



Proposição: PLEI - Projeto de Lei
Número: 000399/2025
Processo: 11048-00 2025
Autoria: Kátia Franco
Ementa: Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos

Manifestação autor(a)

Prezados senhores

Em que pese o reconhecido zelo técnico do parecer jurídico exarado quanto ao **Projeto de Lei nº 00399/2025**, que "Dispõe sobre a denominação de logradouros públicos", a ressalva apresentada no referido parecer **não deve ser acolhida**, pelas razões a seguir expostas.

O parecer jurídico reconhece, de forma expressa, que o Projeto de Lei em análise é **legal e constitucional**, encontrando amparo na **Constituição Federal**, na **Constituição do Estado de Minas Gerais** e na **Lei Orgânica do Município de Juiz de Fora**. Todavia, apresenta ressalva quanto à **manutenção do artigo 12**, sob o argumento de que a denominação proposta já teria sido atribuída a outro logradouro, conforme informação prestada pelo Poder Executivo.

Entretanto, cumpre esclarecer que a **Lei nº 13.867/2019**, que denominou "Rua Antônio Freguglia - Sr. Nico", referia-se a **um logradouro de natureza particular**, e não a via pública, conforme constatação posterior. Por esse motivo, impõe-se a **revogação expressa** dessa norma, o que está devidamente previsto no **artigo 13** do presente **Projeto de Lei nº 00399/2025**.

Na justificativa da proposição legislativa ora em análise, consta de forma inequívoca que a revogação da **Lei nº 13.867/2019** tem por finalidade **corrigir o equívoco material cometido à época**, uma vez que a referida denominação foi atribuída a propriedade privada, o que lhe retira a validade jurídica e material como ato de denominação de logradouro público.

Dessa forma, a manutenção do **artigo 12** no texto do projeto se mostra **não apenas adequada, mas necessária**, constituindo **ato corretivo de natureza técnica e jurídica**, que visa regularizar o registro público municipal, **sem gerar duplicidade de nomenclatura** e assegurando, ao mesmo tempo, a **preservação da homenagem prestada e a veracidade cadastral** do logradouro público efetivamente existente.

Diante do exposto, **manifestamos pela rejeição da ressalva contida no parecer jurídico**, opinando-se pela **manutenção integral do texto do Projeto de Lei nº 00399/2025**, incluindo o artigo 12, e pela continuidade regular de sua tramitação legislativa, **ressalvando-se a necessidade expressa de revogação da Lei nº 13.867/2019**, conforme previsto no artigo 13 do projeto.

Palácio Barbosa Lima, 13 de novembro de 2025.



Kátia Aparecida Franco
Vereadora Kátia Franco - PSB

